

JOURNAL *of* LAW *and* REGULATION

May 2019

Metalinguagem regulatória: uma breve investigação sobre os processos ontológicos do Estado Regulador

A estrutura da regulação da educação superior no Brasil: o debate sobre a criação de uma agência

O conceito de prorrogação aplicável às concessões de infraestruturas de transporte terrestre

Regulamentação das penalidades e valores de multas: a dosimetria da sanção aplicada ao transporte rodoviário de passageiros

A função regulatória dos contratos: regulação e autonomia privada na organização do poder econômico

A insuficiência da estruturação da independência orgânica das agências reguladoras federais contra a interferência político-partidária

Regulação Responsiva e a Política de Segurança Cibernética do Sistema Financeiro Nacional

O que é compliance público? Partindo para uma Teoria Jurídica da Regulação a partir da Portaria nº 1.089 (25 de abril de 2018) da Controlaria-Geral da União (CGU)

UNIVERSITY OF BRASILIA
School of Law
Center on Law and Regulation

CC BY 4.0
Free Cultural Work

The University of Brasilia Law School Alumni donates paperback versions of this journal to Law School libraries abroad

Permanent Identifier for the Web
The Journal and each article individually at

LexML

<http://lexml.gov.br/urn:urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:revista:2015;001079346>

Volume 1, Issues 1 and 2, May 2015 and October 2015 (21 double-blind peer-reviewed articles published)
Volume 2, Issues 1 and 2, May 2016 and October 2016 (30 double-blind peer-reviewed articles published)
Volume 3, Issues 1 and 2, May 2017 and October 2017 (26 double-blind peer-reviewed articles published)
Volume 4, Issues 1 and 2, May 2018 and October 2018 (22 double-blind peer-reviewed articles published)
Volume 5, Issue 1, May 2019 (8 double-blind peer-reviewed articles published)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R454 Revista de Direito Setorial e Regulatório = Journal of Law and Regulation / Núcleo de Direito Setorial e Regulatório = Research Center on Law and Regulation. - v.5, n.1 - (2019) - Brasília: Universidade de Brasília, 2019.
v. 5

ISSN 2446-550X
EISSN 2446-5259

1. Direito - Periódicos. 2. Regulação. I. Núcleo de Direito Setorial e Regulatório. II. Título: Revista de Direito Setorial e Regulatório.

CDU: 349

ANVUR (Agenzia Nazionale di Valutazione del Sistema Universitario e della Ricerca)
Area 12 - Scienze giuridiche : Scientificità riconosciuta.

© THE AUTHORS 2019. PUBLISHED BY THE UNIVERSITY OF BRASILIA SCHOOL OF LAW RESEARCH CENTER ON LAW AND REGULATION. THIS IS AN OPEN ACCESS JOURNAL DISTRIBUTED UNDER THE TERMS OF THE CREATIVE COMMONS ATTRIBUTION 4.0 INTERNATIONAL (CC BY 4.0), WHICH PERMITS TO REPRODUCE AND SHARE THE LICENSED MATERIAL, IN WHOLE OR IN PART, PRODUCE, REPRODUCE, AND SHARE ADAPTED MATERIAL, PROVIDED THE ORIGINAL WORK IS NOT ALTERED OR TRANSFORMED IN ANY WAY, AND THAT THE WORK IS PROPERLY CITED.

REVISTA *de* DIREITO SETORIAL *e* REGULATÓRIO

Maio de 2019

Metalinguagem regulatória: uma breve investigação sobre os processos ontológicos do Estado Regulador

A estrutura da regulação da educação superior no Brasil: o debate sobre a criação de uma agência

O conceito de prorrogação aplicável às concessões de infraestruturas de transporte terrestre

Regulamentação das penalidades e valores de multas: a dosimetria da sanção aplicada ao transporte rodoviário de passageiros

A função regulatória dos contratos: regulação e autonomia privada na organização do poder econômico

A insuficiência da estruturação da independência orgânica das agências reguladoras federais contra a interferência político-partidária

Regulação Responsiva e a Política de Segurança Cibernética do Sistema Financeiro Nacional

O que é compliance público? Partindo para uma Teoria Jurídica da Regulação a partir da Portaria nº 1.089 (25 de abril de 2018) da Controlaria-Geral da União (CGU)

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Direito
Núcleo de Direito Setorial e Regulatório

J.L.R. Masthead

Journal of Law and Regulation

ISSN 2446-550X – EISSN 2446-5259

University of Brasilia Center on Law and Regulation (School of Law)

Universidade de Brasília

Faculdade de Direito

Núcleo de Direito Setorial e Regulatório

Campus Universitário de Brasília

Brasília, DF, CEP 70919-970

Caixa Postal 04413, Brasil

Tel.: +55(61)3107-0713

ndsr@unb.br

Periodicity

The J.L.R. publishes two annual issues released on May and October uninterrupted since May 2015.

Mission/Scope/Focus/Areas of Expertise/Emphasis

The Journal of Law and Regulation mission is to publish legal and interdisciplinary analyses on regulated sectors phenomena, such as, but not limited to, sanitation, education, health, energy, natural resources, telecommunications, land transportation, civil aviation, manufacturing, agriculture, shipping, navigation and navigable waters, trade and exchange, financial system, and so forth, emphasizing national and foreign experiences through the lenses of regulatory theories.

INFORMATION FOR AUTHORS AND READERS

Submission process and Criteria for the Double-Blind Peer Review Process

The journal hosts only original articles and the authors are requested to submit them through the website of the University of Brasilia Center on Law and Regulation (<http://www.ndsr.org/SEER/index.php>). The journal adopts the double-blind peer review process and each reviewer rates the article according to the article quality (10%), theoretical relevance (10%), originality (10%), adherence to the journal's topics of interest (10%), manuscript presentation (10%), reviewer's assessment (50%).

Languages

The journal accepts articles in Portuguese, English, Spanish, French and Italian.

Format for in-text Citations and References

The journal adopts the ABNT NBR (Brazilian Association of Technical Standards) citation and reference format.

Abstract and Keywords

The journal adopts structured abstracts with clear indication of purpose, methodology/approach/design, findings, practical implications, and originality/value of the papers. Keywords should depict the actual content of the article and be limited to five, according to the ABNT NBR 6028 standard.

Authorship of the paper

Authorship should be limited to those who have made a significant contribution to the conception, design, execution, or interpretation of the reported study. All those who have made significant contributions should be listed as co-authors and their specific contribution should be listed at the end of the article after the double-blind peer review process. Where there are others who have participated in certain substantive aspects of the research project, they should be acknowledged in a footnote or listed as contributors. All authors should be identified in a footnote after the review process with their academic status, institutional activities and email.

Copyright

The journal is an open access journal distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0), which permits to reproduce and share the licensed material, in whole or in part, produce, reproduce, and share adapted material, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited.

Disclosure and Conflicts of Interest

All authors should disclose in their manuscript any financial or other substantive conflict of interest that might be construed to influence the results or interpretation of their manuscript. All sources of financial support for the project should be disclosed.

Examples of potential conflicts of interest which should be disclosed include employment, consultancies, stock ownership, honoraria, paid expert testimony, patent applications/registrations, and grants or other funding. Potential conflicts of interest should be disclosed at the earliest stage possible.

Disclaimer and Liability

The editorial board accepts articles for educational and informational purposes only and should not be used to replace either official documents or professional advice. The information contained in this journal is not guaranteed to be up to date and does not provide legal advice. Any views expressed in the published articles are exclusively of their authors and should not be construed as an endorsement by the University of Brasilia or the editorial board of the article content or authors' views.

Expediente da RDSR

Revista de Direito Setorial e Regulatório

ISSN 2446-550X – E-ISSN 2446-5259

Núcleo de Direito Setorial e Regulatório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília

Universidade de Brasília

Faculdade de Direito

Núcleo de Direito Setorial e Regulatório

Campus Universitário de Brasília

Brasília, DF, CEP 70919-970

Caixa Postal 04413, Brasil

Tel.: +55(61)3107-0713

ndsr@unb.br

Periodicidade

A RDSR publica números semestrais em maio e outubro de forma ininterrupta desde maio de 2015.

Missão/Escopo/Enfoque/Temática/Ênfase

A Revista de Direito Setorial e Regulatório da UnB tem por missão a publicação de artigos sobre fenômenos setoriais e regulatórios sob o enfoque exclusivamente jurídico ou interdisciplinar, alcançando todos os temas de interesse dos diversos setores regulados, tais como saneamento, educação, saúde, energia, recursos naturais, telecomunicações, radiodifusão, transportes terrestres, transportes marítimos, navegação de cabotagem, navegação interior, aviação civil, sistema financeiro, infraestrutura aeroportuária, produção agrícola, produção industrial, entre outros, com ênfase na análise de bases empíricas setoriais nacionais e internacionais a partir de teorias regulatórias.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES E INFORMAÇÕES AOS LEITORES

Submissão de artigos e Critérios para Dupla Revisão Cega por Pares

A Revista de Direito Setorial e Regulatório somente aceita artigos originais, que devem ser submetidos exclusivamente no sítio eletrônico do Núcleo de Direito Setorial e Regulatório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília por intermédio do sistema eletrônico de submissões (<http://www.ndsr.org/SEER/index.php>), que adota o método de revisão duplo cego por pares, apoiados nos critérios de qualidade do conteúdo (10%), relevância teórica ou prática (10%), originalidade (10%), adequação à temática da Revista (10%), apresentação do trabalho (10%), recomendação geral do especialista revisor (50%).

Idiomas aceitos

A Revista de Direito Setorial e Regulatório aceita artigos escritos em português, inglês, espanhol, francês ou italiano.

Normas Bibliográficas e de Citações

A Revista adota o formato ABNT NBR (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para citações e referências bibliográficas.

Resumos e Palavras-Chave

A Revista adota o modelo de resumos estruturados, mediante clara indicação do propósito, metodologia/abordagem/design, resultados, implicações práticas e originalidade/relevância do artigo. As palavras-chave devem refletir o real conteúdo do artigo, limitadas a cinco descritores, e conforme norma ABNT NBR 6028.

Autoria

A autoria dos artigos submetidos à Revista de Direito Setorial e Regulatório deve estar limitada às pessoas que tenham contribuído significativamente à concepção, design, execução ou interpretação dos resultados. Todos que tiverem contribuído significativamente para o trabalho devem ser listados como coautores, inserindo-se, posteriormente ao processo de revisão cega por pares, ao final do artigo, a indicação da contribuição de cada autor. Quando alguém houver participado em momentos específicos e relevantes do projeto de pesquisa pertinente, a ele(a) deve-se atribuir a condição de auxílio à pesquisa e referidos em nota de rodapé de agradecimento. Os autores devem estar identificados, após processo de revisão cega por pares, com sua formação pregressa e vinculação institucional, inclusive email.

Direitos Autorais

A Revista de Direito Setorial e Regulatório é de acesso aberto, nos termos da licença *Creative Commons Attribution 4.0 International* (CC BY 4.0), que permite a reprodução e o compartilhamento do material licenciado, no todo ou em parte, a produção, reprodução e compartilhamento do material adaptado, condicionado a que o trabalho original não seja alterado ou transformado de qualquer modo e que o trabalho seja adequadamente citado.

Conflito de Interesse

Todos os autores devem divulgar em seus artigos qualquer conflito de interesse, seja financeiro ou de outra natureza, que possa levar a influenciar os resultados ou a interpretação dos seus artigos. Todas as fontes de financiamento para o projeto de pesquisa pertinente devem ser divulgadas. Exemplos de conflitos de interesse potenciais que devem ser divulgados incluem vínculos empregatícios, consultorias, participação acionária, honorários, perícias, registro de patentes, prêmios ou outro tipo de financiamento. Conflitos de interesse potenciais devem ser divulgados o quanto antes.

Indicação de Responsabilidade

A Comissão Editorial da Revista de Direito Setorial e Regulatório aceita artigos com a finalidade de divulgação científica, educacional ou meramente informativa. A Revista não deve ser utilizada como substitutivo a pesquisa de documentos oficiais ou à consulta profissional. Embora o Corpo Editorial da Revista preze pela qualidade e precisão de todos os artigos publicados, não há garantia de que a informação nela contida esteja atualizada, bem como ela não se destina a substituir a necessária consultoria advocatícia para quem dela necessite. Os dados e opiniões emitidas nos artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores correspondentes e não significam que a Universidade de Brasília, a Comissão Editorial ou qualquer membro do corpo editorial endossam seu conteúdo ou pontos de vista.

Editorial Board / Conselho Editorial

Prof. Márcio Iorio Aranha	<i>Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Direito, Brasília/DF, BRASIL</i>
Prof. Ana Frazão	<i>Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Direito, Brasília/DF, BRASIL</i>
Prof. Andre Rossi de Oliveira	<i>Utah Valley University, School of Business, Finance and Economics, Orem/UT, USA</i>
Prof. Andreas J. Krell	<i>Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Direito de Alagoas, Maceió/AL, BRASIL</i>
Prof. Ang Peng Hwa	<i>Nanyang Technological University, College of Humanities, Arts & Social Sciences, Wee Kim Wee School of Communication and Information, SINGAPORE</i>
Prof. Carina Costa de Oliveira	<i>Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Direito, Brasília/DF, BRASIL</i>
Prof. Clara Luz Álvarez González de Castilla	<i>Universidad Panamericana, Facultad de Derecho, Ciudad de México, MÉXICO</i>
Prof. Diego Cardona	<i>Universidad de Rosario, Escuela de Administración, Ciencias de la Dirección, Bogotá, COLOMBIA</i>
Prof. Francisco Sierra Caballero	<i>Universidad de Sevilla, Facultad de Comunicación, Sevilla/Andaluzia, ESPAÑA</i>
Prof. Hernán Galperin	<i>University of Southern California, Annenberg School for Communication and Journalism, Los Angeles/CA, USA</i>
Prof. Joaquín Cayón de las Cuevas	<i>Universidad de Cantabria, Facultad de Derecho, Departamento de Derecho Privado, Santander/Cantabria, ESPAÑA</i>
Prof. Jorge Luis Tomillo Urbina	<i>Universidad de Cantabria, Facultad de Derecho, Departamento de Derecho Privado, Santander/Cantabria, ESPAÑA</i>
Prof. Juan Manuel Mecinas Montiel	<i>Center for Economic Research and Teaching – CIDE, Ciudad de México, MÉXICO</i>
Prof. Judith Mariscal	<i>Center for Economic Research and Teaching – CIDE, Ciudad de México, MÉXICO</i>
Prof. Liliana Ruiz de Alonso	<i>Universidad San Martín de Porres, Instituto del Perú, Lima, PERÚ</i>
Prof. Lucas Sierra	<i>Universidad de Chile, Escuela de Derecho, Santiago de Chile, CHILE</i>
Prof. Marcos Paulo Veríssimo	<i>Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Direito, Departamento de Direito do Estado, São Paulo/SP, BRASIL</i>
Prof. Maria Célia Delduque Nogueira Pires de Sá	<i>Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Programa de Direito Sanitário, Rio de Janeiro/RJ, BRASIL</i>
Prof. Martha Garcia-Murillo	<i>Syracuse University, School of Information Studies, Syracuse/NY, USA</i>
Prof. Nicola Matteucci	<i>Università Politecnica delle Marche, Dipartimento di Scienze Economiche e Sociali, Platform Economics, Industrial Organization, Law and Economics, Ancona/Marche, ITALIA</i>
Prof. Raúl Katz	<i>Columbia University, Columbia Institute for Tele-Information, New York/NY, USA</i>
Prof. Roberto Muñoz	<i>Universidad Técnica Federico Santa María, Departamento de Industrias, Valparaíso/Valparaíso, CHILE</i>
Prof. Sandrine Maljean-Dubois	<i>Université d'Aix-Marseille, Centre d'Etudes et de Recherches Internationales et Communautaires, Aix-en-Provence, FRANCE</i>
Prof. Vinicius Marques de Carvalho	<i>Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Direito, Departamento de Direito Comercial, São Paulo/SP, BRASIL</i>

Double-blind Peer-Reviewers / Avaliadores cegos por pares

Alethele Santos, Alfredo Ribeiro da Cunha Lobo, Amanda Nunes Lopes Espiñeira Lemos, Ana Becker Salles, Ana Borges de Oliveira, Carlos Prado, Catalina Maria Gutierrez Gongora, Claudio Huguet, Eduarda Moraes Chacon, Fernando Barbelli Feitosa, Giovana Vieira Porto, Hamanda Rafaela Leite Ferreira Vidal de Negreiros, Isabela Maiolino, Isadora França Neves, Izabela Patriota, Joanir Fernando Rigo, Joedson de Souza Delgado, José Vieira, Lauro Brito, Juliana Carvalho de Paiva, Laís Kimie Oshiro Caldeira, Leonardo Sousa de Andrade, Luiz Eduardo Araujo, Marcelo César Guimarães, Marcelo de Lima, Maria Cristine Branco Lindoso, Maria Luiza Gomes, Martha A. de Carvalho Simões de Lara, Mônica Tiemy Fujimoto, Raianne Coutinho, Roberta Gonçalves, Tereza Braga, Vânia Lucia Ribeiro Vieira, Victor Cravo.

Dear Reader,

We are pleased to introduce the first issue of the fifth volume of the University of Brasilia Journal of Law and Regulation (JLR).

During this year, the journal will publish a number of original articles on topics relevant to regulatory theory and practice.

In this issue, we are delighted to include articles on public compliance and the Office of the Comptroller General in Brazil, regulatory metalanguage and the Regulatory State, high education regulation, contract extension in the regulation of land transport, dosimetry of fines in passenger road transport, regulatory function of contracts, partisan political interference on independent agencies, and responsive regulation applied to the financial system cybersecurity policy.

For future issues, we will continue to publish articles on all regulated sectors from law and interdisciplinary perspectives, not least related to advances at the intersection of law and regulatory practice.

We hope you have enjoyed reading the first nine issues of this journal, and we look forward to a tenth issue to be released on October 2019.

Sincerely,

Prof. Marcio Iorio Aranha
Editor-in-Chief, Journal of Law and Regulation, University of Brasilia Law School
On behalf of the Editorial Board

Prezado(a) Leitor(a),

Este número da Revista de Direito Setorial e Regulatório (RDSR) da Universidade de Brasília traz vários artigos originais sobre diversos temas relevantes para a teoria e a prática regulatória, cumprindo com a finalidade de agregar olhares inovadores ao fenômeno regulatório.

Neste número, foram inseridos artigos sobre *compliance* público e a atuação Controladoria-Geral da União, interferência político-partidária em agências reguladoras federais, regulação responsiva na política de segurança cibernética do Sistema Financeiro Nacional, regulação da educação superior no Brasil e o debate sobre a criação de uma agência, metalinguagem regulatória e Estado Regulador, o conceito de prorrogação aplicável às concessões de infraestruturas de transporte terrestre, dosimetria da sanção aplicada ao transporte rodoviário de passageiros, e função regulatória dos contratos.

Para os números que se seguirão, estaremos empenhados em dar continuidade à publicação de artigos sobre quaisquer setores regulados em perspectiva estritamente jurídica, como também interdisciplinar, em especial aqueles pertinentes a novas abordagens da relação entre direito e prática regulatória.

Esperamos que tenha apreciado a leitura dos nove primeiros números, no aguardo do décimo número da RDSR a ser publicado em outubro de 2019.

Atenciosamente,

Prof. Marcio Iorio Aranha
Editor, Revista de Direito Setorial e Regulatório, Faculdade de Direito da UnB
Em nome do Conselho Editorial

TABLE OF CONTENTS / SUMÁRIO

Metalinguagem regulatória: uma breve investigação sobre os processos ontológicos do Estado Regulador (Roberta Candeia Gonçalves)

<i>[Regulatory Metalanguage: A Brief Inquiry into the Ontological Processes of the Regulatory State]</i>	1
Introdução	2
Gênese e modelagem da regulação no Estado capitalista e no neoliberalismo	7
Metalinguagem regulatória: os pressupostos latentes de alguns modelos regulatórios	11
Conclusões	14
Referências Bibliográficas	15

A estrutura da regulação da educação superior no Brasil: o debate sobre a criação de uma agência (Rodolfo de Carvalho Cabral)

<i>[The Structure of High Education Regulation in Brazil: The Debate on the Creation of an Agency]</i>	17
Introdução	18
O contexto da educação superior no Brasil	19
A regulação da educação superior como política pública	21
Marco Regulatório da Educação Superior	22
A Estrutura Regulatória do MEC	27
Refletindo sobre a estrutura regulatória da educação superior: o debate sobre a criação de uma agência	30
A regulação da educação superior como política pública	21
Conclusão	35
Referências Bibliográficas	37

O conceito de prorrogação aplicável às concessões de infraestruturas de transporte terrestre (Carlos Fernando do Nascimento)

<i>[The Concept of Contract Extension Applicable to Concessions of Land Transport Infrastructure]</i>	39
Introdução	40
A família das alterações dos contratos de concessão	41
As alterações no prazo da outorga	43

Aditamento e supressão de prazo: equilíbrio contratual	43
Encampação e prorrogação: interesse público	45
O que é prorrogação?	53
A prorrogação nas normas aplicáveis	46
A doutrina jurídica da prorrogação	51
Um conceito de prorrogação	53
Subespécies de prorrogação	55
Prorrogação ordinária	55
Prorrogação extraordinária	57
(In)Determinismo contratual	61
Conclusão	64
Referências Bibliográficas	66

Regulamentação das penalidades e valores de multas: a dosimetria da sanção aplicada ao transporte rodoviário de passageiros (Hugo Alves Silva Ribeiro, Nathane Eva Santos Peixoto & Carlos Henrique Rocha) **69**

[Regulation of Penalties and Fines: The Dosimetry of the Sanction Applied to Road Passenger Transport]

Introdução	70
Fundamentação Teórico- Metodológica	71
Método proposto	73
Etapa 1: Identificação da legislação vigente	73
Etapa 2: Estabelecimento das infrações	73
Etapa 3: Determinação dos critérios para classificar as infrações em grupos	74
Etapa 4: Identificação das sanções aplicáveis para cada grupo	75
Aplicação aos serviços semiurbanos de transporte rodoviário interestadual de passageiros	76
Etapa 1: Identificação da legislação vigente aplicável aos serviços semiurbanos	76
Etapa 2: Estabelecimento das infrações aplicáveis aos serviços semiurbanos	77
Etapa 3: Classificação das infrações em grupos	78
Etapa 4: Identificação das sanções aplicáveis para cada grupo	82
Conclusões	86
Referências Bibliográficas	87

A função regulatória dos contratos: regulação e autonomia privada na organização do poder econômico (Angelo Gamba Prata de Carvalho) **91**

[The Regulatory Function of Contracts: Regulation and Private Autonomy in the Organization of Economic Power]

Introdução: da regulação por contrato à função regulatória dos contratos	92
O paradigma dos contratos relacionais ou híbridos	93
Contratos relacionais ou híbridos como ordenamentos privados	96
Conteúdo e finalidades da função regulatória dos contratos	101

Considerações finais: a função regulatória dos contratos e suas consequências	106
Referências Bibliográficas	108
A insuficiência da estruturação da independência orgânica das agências reguladoras federais contra a interferência político-partidária (Cynthia Ruas)	115
<i>[The Inadequacy of the Organic Independence Structure of the Federal Regulatory Agencies against Partisan Political Interference]</i>	
Introdução	116
O conceito de política pública e a regulação como seu instrumento	117
A tecnicidade nas definições de políticas públicas e da regulação	119
As indicações político-partidárias de dirigentes de agências reguladoras federais	121
Teorias jurídicas da regulação e explicações para a inversão da lógica da tecnicidade em detrimento da política, na estruturação administrativa das agências	124
O risco de “captura” política do regulador pelo ente político	124
A relação “agente-principal” entre o legislador e o regulador	125
A teoria dos sistemas e a prevalência do político no trilema regulatório	126
Conclusão	126
Referências Bibliográficas	128
Regulação Responsiva e a Política de Segurança Cibernética do Sistema Financeiro Nacional (Carlos Goettenauer)	131
<i>[Responsive Regulation and the National Financial System Cybersecurity Policy]</i>	
Introdução	132
Teoria da Regulação Responsiva: características fundamentais	134
A política de segurança cibernética como regulação responsiva	138
O contexto de mudança	138
Pirâmide regulatória escalonada	141
A participação pública na regulação	143
Conclusão	144
Referências Bibliográficas	145

O que é compliance público? Partindo para uma Teoria Jurídica da Regulação a partir da Portaria nº 1.089 (25 de abril de 2018) da Controladoria-Geral da União (CGU) (Camila Bindilatti Carli de Mesquita) 147

[What is Public Compliance? Moving forward to a Legal Theory of Regulation by way of analyzing the Ordinance no. 1,089 (April 25, 2018) of the Brazilian Office of the Comptroller General]

Introdução	148
O marco teórico regulatório brasileiro e a Portaria nº 1.089 de 25 de abril de 2018	152
Compliance Público enquanto objeto jurídico. Uma proposta de um pensar regulatório através de subsistemas jurídicos de conformidade: o privado ou empresarial, o público-privado ou inter-relacional e o público	156
Autopoiese, direito reflexivo e compliance	156
Perspectivas ou subsistemas jurídicos de conformidade	158
Compliance privado ou empresarial	162
Compliance público	165
Observação Final	168
O compliance (público) e a legitimação social	169
Conclusão	174
Referências Bibliográficas	176

Journal Info and Manuscript Submission Process 183

[Dados da Publicação e Normas para Submissão de Manuscritos]